

## MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

*Thierry Linard de Guertechin\**

Este artigo analisa criticamente o relatório do Secretário Geral das Nações Unidas sobre migrações internacionais e desenvolvimento: as migrações internacionais constituem um meio ideal para promover o codesenvolvimento; as remessas permitem reduzir parcialmente a pobreza; a agravamento da pobreza não leva diretamente ao aumento das migrações; resgata uma visão idealista das interações migrações - desenvolvimento. Em contraponto, a globalização da economia real desconsidera as migrações no processo de desenvolvimento. Qual população e qual desenvolvimento são questões que se referem a uma crise de civilização em termos de crise dos paradigmas das nossas sociedades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Emprego; Mercado; Migração; População; Pobreza

### Introdução

No ano 2009, o Fundo de População das Nações Unidas, junto com a Comunidade dos demógrafos, celebra o décimo quinto aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) que se realizou no Cairo. Nesta Conferência, o debate sobre as migrações internacionais limitou-se a invocar o direito ao reagrupamento familiar sem focalizar a realidade macrosocial em termos de fluxos migratórios. Como também em outros capítulos do Relatório, um esforço grande foi feito para definir e assegurar direitos individuais. Direitos sociais, econômicos ou políticos não foram contemplados no documento final. A migração internacional é uma questão que perturba, pois exige a apreensão da dimensão

---

\* Jesuíta, geógrafo e demógrafo. Diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento/IBRADES e do Centro Cultural de Brasília/CCB. Exerce atividades de assessoria na Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB. Brasília / Brasil.

macrosocial da migração que tem a ver com as relações entre Estados, em vista de elaborar e desempenhar políticas populacionais.

Depois de explicitar o *status quaestionis* da CIPD e aprofundar a questão, que é conceitual e política, serão apresentados alguns efeitos perversos da globalização financeira sobre as populações, para delinear mudanças de paradigmas no trato das migrações e do desenvolvimento.

### ***Status Quaestionis***

No documento do Cairo a ausência de políticas migratórias conjuga-se com o abandono teórico e prático de políticas de desenvolvimento reduzidas a lutas contra a pobreza. Os estadistas e responsáveis políticos tomaram em consideração os problemas de pobreza, do meio ambiente e da saúde das mulheres. Toda problemática do desenvolvimento foi afastada, pois, implícita ou explicitamente, o fator demográfico interfere nas relações de poder. A mobilidade populacional (do sul rumo ao norte) não é objeto de análise porque cria um clima e ambiente visto como ameaça para os países ricos e desenvolvidos.<sup>1</sup> A falta de vontade política significa resistência das sociedades ricas em enfrentar e responder à problemática dos migrantes que vêm bater nas suas portas como também à problemática de um verdadeiro desenvolvimento das sociedades “subalternas”. Eliminar os elementos constitutivos das migrações deixa de lado os verdadeiros *enjeux* das sociedades.<sup>2</sup> Os problemas migratórios e sua distribuição geográfica não mobilizam os responsáveis políticos, pois, consistiria em recolocar em questão os processos de concentração das atividades econômicas, dos rendimentos e da riqueza. Consistiria em repor em questão a organização social da produção, o tipo de desenvolvimento e exigiria a (re) definição de um projeto de sociedade ao serviço dos direitos dos cidadãos pela construção de uma democracia econômica, social, política e cultural.

Os mercados financeiros que se expandem desconsideram as migrações internacionais pela exclusão social das populações empobrecidas. Mas, antes da configuração atual da globalização da economia, a migração exerceu um papel positivo no desenvolvimento.<sup>3</sup> Na formação das populações americanas no fim do século XIX e início do século XX, tanto no norte como no sul do continente, as migrações internacionais foram constitutivas de sua vitalidade, por sua contribuição à economia desses países e por sua integração nas respectivas sociedades. Por outro lado, de 1821 a 1924, a Europa se “livrou” de 55 milhões de cidadãos.

<sup>1</sup> FUREDI, Frank. *Population & Development, a critical introduction*.

<sup>2</sup> LASSONDE, Louise. *Les défis de la démographie, quelle qualité de vie pour le XXI<sup>e</sup> siècle*.

<sup>3</sup> CORN, Georges. *Le nouveau désordre économique mondial*.

Na verdade, as migrações de populações inteiras levaram a um desencontro com outras populações. A celebração do 5º centenário da conquista da América evidencia o viés ideológico que encarou as migrações da Europa para a América como induzidas pela descoberta de um continente vazio. A ‘descoberta’ foi na verdade uma conquista de espaço pela expulsão, escravidão e matança dos povos indígenas, processo ainda em percurso.<sup>4</sup>

A migração parece fazer parte dos mecanismos de regulação demográfica.<sup>5</sup> Por um lado, a emigração europeia amortizou os efeitos de um crescimento demográfico acelerado, por outro, transformou o continente americano em terra de imigração. No Brasil, a população evoluiu, desde o início de sua história colonial, segundo o impacto da economia vindo do exterior. Sob a influência de uma demanda externa, que configurou os famosos ciclos da economia brasileira, do açúcar ao café, novas terras foram ocupadas, infraestruturas foram construídas, escravos foram importados da África. Mais tarde, no final do século XIX, na primeira fase de industrialização, a mão de obra escrava foi substituída por imigrantes vindo da Europa, do Próximo Oriente e do Japão.

Válvula de segurança na Europa e em outros espaços, a migração atendeu a demanda estrutural de mão de obra no Novo Continente. Essa migração resultou de uma vontade política não só para satisfazer a demanda de força de trabalho, mas também, no caso brasileiro, para promover uma “branqueadura” da população. Sem dúvida alguma, o papel da imigração foi importante para o desenvolvimento da economia. A migração como mecanismo de regulação demográfica é positiva quando há incremento econômico, condição favorável à imigração maciça e definitiva.<sup>6</sup>

Apesar do papel significativo dessas migrações internacionais na demografia da era industrial europeia, os estudos demográficos de hoje não abordam a questão da mobilidade na sua dimensão macrosocial, na problemática do desenvolvimento, mas só numa dimensão mais micro em termos de adaptação sócio-cultural.

Entretanto, o papel positivo das migrações internas em muitos países, como os da América Latina, foi muito salientado como contribuição inegável ao desenvolvimento e devidamente analisada e reconhecida.<sup>7</sup> De fato, depois da crise financeira internacional dos anos trinta e da segunda

<sup>4</sup> LINARD de GUERTECHIN, Thierry. “Direito a migrar versus soberania dos Estados à luz da ética econômica e social”.

<sup>5</sup> CHESNAIS, Jean-Claude. *La transition démographique*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento, o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*.

guerra mundial, as migrações internas no Brasil, por exemplo, substituíram as migrações internacionais e contribuíram para o desenvolvimento econômico do país pela política de substituição das importações, porém fora um desenvolvimento interrompido.<sup>8</sup> É neste processo histórico de desenvolvimento incompleto ou interrompido que deve-se encarar o papel das novas migrações internacionais. Países de imigração tornaram-se países de emigração.

A globalização da economia foi, para muitos países, uma substituição do seu processo de desenvolvimento soberano e autônomo por políticas de privatizações, flexibilidade dos mercados, imposição de ajuste estrutural, aumento da dívida pública, interna e externa, e ainda a dependência do capital externo essencialmente especulativo; situação semelhante ou pior que a da dependência secular dos mercados internacionais de comércio de trocas de serviços e produtos reais. Neste novo contexto de crise econômica, as migrações internas que foram consideradas como positivas, tornaram-se estratégias de sobrevivência.

Nos anos 80 e 90, os fluxos de emigrantes brasileiros para os países mais industrializados do Norte, Japão, Estados Unidos e Europa, evidenciam essas estratégias de sobrevivência. Muitos brasileiros não estão achando mais perspectivas de vida digna e segura no seu próprio país.<sup>9</sup> Não se trata somente de conjuntura desfavorável, pois o fluxo migratório, uma vez arrancado, fica sustentado por um sistema de redes sociais.<sup>10</sup> Nos anos 80 e 90 não havia no Brasil expectativas de um desenvolvimento a favor das populações.

Depois da “década perdida” dos anos 80, o governo de Fernando Collor abriu a economia brasileira à competitividade internacional, sacrificando a estrutura da produção nacional, provocando recessão e desemprego. Fernando Henrique Cardoso foi aprofundando esta política optando de maneira decisiva em favor da globalização. O Plano Real estabilizou a moeda com um custo financeiro elevado que, deprimindo os setores produtivos, criou mais desemprego. A evolução do número de empregos formais perdidos acompanhou o aumento da dívida pública. A crise do emprego se manifestou também pela substituição do emprego formal pelo informal que não parou de crescer, mas sem compensar as perdas do formal. A informalização ou flexibilidade da economia aprofundou as desigualdades sociais com a queda dos salários e precariedade do mercado.

<sup>8</sup> FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Alberto. “O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimativa”.

<sup>10</sup> SOARES, Weber. “Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional”.

Parte significativa da população tornou-se inadequada, senão inútil, ao sistema econômico-financeiro dominante. A concentração da riqueza e da renda se conjugou com a estagnação econômica e exclusão social. As estratégias de estabilização econômico-financeira, baseadas sobre ajustes estruturais, induziram os responsáveis políticos ao abandono da ideia de desenvolvimento para ceder lugar à luta contra a pobreza, sob formas diversas de programas de compensação social. A abertura dos mercados inverteu o modelo de substituição das importações, sustentado por uma dinâmica das migrações das populações, por uma importação de substitutos geradores de desequilíbrios dos fluxos migratórios.

O modelo neoliberal implantado é essencialmente recessivo segundo a terminologia usada com persistência e pertinência, e *leitmotiv* nas conferências e escritos de Alfred Sauvy: aumentos de produtividade nos setores de ponta se realizam em detrimento da população ativa reforçando a liberação e flexibilidade dos mercados que empurram contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores para o rumo sem beco da exclusão social. A emigração tornou-se substituto da integração social. Hoje, os programas sociais do governo Lula estancaram, parcialmente, os fluxos migratórios.

O problema demográfico e migratório não é mais a questão da sua dimensão, mas da sua configuração econômica e da sorte dos grupos mais fracos e vulneráveis. O núcleo da questão social voltou a ser a existência de inúteis no mundo cercados por situações de precariedade e incerteza do dia seguinte, que atesta o retorno de uma vulnerabilidade de massa.<sup>11</sup>

O predomínio do modelo empresarial capitalista está se exercendo cada vez mais sobre o Estado, chamado a gerir as populações como uma empresa, que elimina os improdutivos, segundo a lógica estrita da rentabilidade.<sup>12</sup> Os evangelistas do mercado,<sup>13</sup> da nova economia, renunciaram a toda ideia do desenvolvimento. Não se trata mais de negociar regras para que o comércio desemboque em desenvolvimento e à superação da pobreza, mas trata-se de eliminar as regras para liberar o mercado. Mas qual é o futuro desta configuração global?

Seu princípio de governança, o oligopólio multinacional, falta de um princípio regulador. Os que regem realmente a globalização, não garantem uma volta durável ao equilíbrio. A dimensão financeira constitui o nó fraco da globalização quando perde suas conexões com a economia real.<sup>14</sup>

<sup>11</sup> SOARES, Weber. "Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional".

<sup>12</sup> MEILLASSOUX, Claude. "La configuration économique des populations".

<sup>13</sup> DIXON, Keith. *Les évangélistes du marché*.

<sup>14</sup> MICHALET, Charles-Albert. *Qu'est-ce que la mondialisation?*

À luz da crise financeira e econômica que aflige hoje o mundo, essas palavras expressas no início do novo milênio revelaram-se proféticas, confirmando a inoperância do neoliberalismo.

### **Uma questão metodológica, conceitual e política**

A problemática das migrações internacionais, na era da globalização, não está integrada nos modelos de análise econômica. Entretanto, no Brasil, por exemplo, as migrações internas exerceram papel positivo para o desenvolvimento, pois houve desenvolvimento com aporte populacional. Tratava-se de um desenvolvimento endógeno, pois conseguiu articular e integrar população e desenvolvimento. Hoje, com a globalização financeira e econômica, seria abusivo atribuir papel semelhante à migração internacional, pois esta configura um fator exógeno e conseqüentemente incapaz por si mesma, de criar um processo de desenvolvimento. De maneira mais positiva, alguns autores ainda preconizam a ideia que as ações políticas mais significativas seriam aquelas que visam integrar a migração ao processo de desenvolvimento, e não como processo de desenvolvimento.<sup>15</sup> Na melhor das hipóteses, a migração é um elemento ao lado de outros fatores econômicos. Mas, configurando um fator exógeno, não cria as condições de um real desenvolvimento, nem é processo do mesmo.

Existe sobre a questão do desenvolvimento uma discussão longa e rica.<sup>16</sup> Em primeiro lugar porque pressupor duas realidades distintas e separadas: migração e desenvolvimento? Integrar população e desenvolvimento não significaria que o desenvolvimento populacional é o primeiro dos desenvolvimentos? A existência das migrações revela a natureza da dinâmica populacional. A história da humanidade é inseparável da tomada em consideração das migrações para entender a história das civilizações. A mobilidade humana exerce-se sob o empurrão e a tração das forças de desenvolvimento ou de dominação. As ondas migratórias de europeus, rumo ao novo continente, resultaram do desenvolvimento de um e contribuíram ao desenvolvimento do outro. Pode-se duvidar que esteja presente a mesma lógica de integração nas migrações atuais dos mercados emergentes. Seria mais resultado e consequência de um desenvolvimento interrompido.<sup>17</sup>

Neste caso, os fluxos migratórios seriam o produto de um subdesenvolvimento expulsor e da dominação dos países ricos sobre o resto do mundo. Este ajuste populacional é uma variação, subsistema do ajuste es-

<sup>15</sup> GUILMOTO, Christophe; SANDRON, Frédéric. *Migration et développement*.

<sup>16</sup> KI-ZERBO, Joseph. "Population et développement endogène".

<sup>17</sup> FURTADO, Celso, *op. cit.*

trutural, encarregado de corrigir *a posteriori* os erros de opções econômicas lamentáveis.<sup>18</sup> Os desequilíbrios demográficos são réplica de desequilíbrios estruturais que não são discutidos, nem tomados em consideração pelos responsáveis políticos e tecnocratas do mercado. Enfrentar esses desequilíbrios com reformas estruturais é caminho obrigatório para delinear e realizar políticas populacionais e migratórias que priorizem um desenvolvimento humano, autógeno, que supõe para as populações referidas o poder de escolha e de ser livre.<sup>19</sup> Este poder e as políticas resultantes serão livres e democráticos, se forem endógenas e oriundas de estruturas que geram a liberdade de opinar sobre todos os domínios da vida. “A única resposta possível assegura-se na vontade política de um viver junto, dentro de um sistema econômico permitindo a todas as sociedades serem viáveis”.<sup>20</sup> A solução das migrações não é, em primeiro lugar, de ordem demográfica.

Qual seria o conteúdo de uma política das migrações internacionais quando a própria concepção do desenvolvimento foi esvaziada de qualquer sentido para ser reduzida teoricamente à luta contra a pobreza dentro dos objetivos de desenvolvimento do milênio? A omissão neste campo significa prejudicar o futuro, tanto das populações, como das sociedades. Em que medida os países ricos estão desejando que as economias emergentes emirjam de verdade no cenário internacional com mais potência em termos econômicos e populacionais? Será que não estamos assistindo a uma recrudescência do medo malthusiano dos pobres?<sup>21</sup> Este debate evidencia um viés: oscila entre ideologia e ciência. O medo impede um verdadeiro debate público. A migração maciça é percebida como incontrollável. O seu pavor oculta os fatos e inibe uma aproximação mais científica. Os ricos temem os pobres, como as classes perigosas do passado que incomodavam os ricos pelo simples fato da sua existência.

A nova ordem mundial está se impondo como fazendo parte de uma realidade intangível e, por esta razão, dá boa consciência aos responsáveis da economia. Vale a pena citar uma frase antiga e muitas vezes retomada por economistas e moralistas.

Os princípios racionais neutralizam os princípios morais, e afirma-se, com frieza, que é deplorável que a ordem social seja assegurada ao custo da insegurança de uma categoria numerosa da população, mas que é uma lei do progresso. Faz-se assim, da resignação à necessidade, a virtude dominante da moral social.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> KI-ZERBO, Joseph, *op. cit*

<sup>19</sup> SEN, Amathya. *Un nouveau modèle économique*.

<sup>20</sup> LASSONDE, Louise, *op. cit*.

<sup>21</sup> FUREDI, Frank, *op. cit*.

<sup>22</sup> REBOUD, Louis. *Essai sur la notion de chômage structurel dans les pays de capitalisme évolué*.

Esta asserção serve de álibi para justificar a pobreza e miséria secular acumulada por ausência de desenvolvimento. Nesta ótica, o determinismo econômico impõe-se e reduz o ser humano a uma rotação sem personalidade e grandeza. Os fluxos de migrantes e os estoques de população não reagem uns sobre os outros, como objetos inertes. Na verdade, na ciência econômica, o ser humano, como ser histórico e social, nunca se enquadra numa realidade dada, senão numa relatividade construída a partir do dado. O que há de mais aberrante que uma globalização que não poderia ser implantada sem que muitos sejam as suas vítimas perpetuas!

### **Efeitos perversos da globalização financeira: ALENA e ALCA**

As formas de internacionalização ou globalização da economia incorporam os mercados emergentes num novo espaço internacional que são a Associação de livre-câmbio da América (ALCA) ou a ALENA, limitada à América do Norte. Ao mesmo tempo esses novos mercados conjugam-se com situações de pobreza e estagnação econômica. No Equador, o intervencionismo contínuo e organizado sob o comando dos Estados Unidos criou a crise econômica e desembocou na dolarização de sua economia e na emigração de um terço da sua população. Esta perda de população demonstra que numerosos equatorianos não estão mais achando, no seu próprio país, perspectivas de vida digna e segura. Se fosse somente o caso de uma conjuntura desfavorável, poderia esperar-se migrações de retorno em tempos de melhor conjuntura. Mas uma vez o fluxo migratório estabelecido, este não pára, pois está sustentado por sistemas de redes sociais. As populações não se confrontam com as crises conjunturais, mas com as mudanças de ordem estrutural. Com a crise internacional vigente, começa a se observar, como fenômeno generalizado, alguma migração de retorno, sinal da recessão econômica, que atingindo os países desenvolvidos, funciona como força de expulsão sobre os migrantes.

O preço forte da integração econômica e financeira do México na ALENA consistiu na falência de pequenas e médias empresas que sumiram do horizonte e na destruição de milhares de empregos. A importação livre e maciça de produtos agrícolas vindo dos Estados Unidos a preço subsidiado, como o milho, produto de base da agricultura e alimentação mexicana, provocou a ruína da classe camponesa, forçada a vender suas terras e emigrar para procurar trabalho nas periferias urbanas mexicanas e/ou nos Estados Unidos. Depois de aniquilar boa parte da produção local de milho, as empresas norteamericanas aumentaram os seus preços. Como não havia como voltar à produção local por causa do seu desmonte, a falta do milho,

com o aumento concomitante do seu preço, empurrou mais centenas de milhares de Mexicanos a tentar estabelecerem-se, seja nos Estados Unidos, seja ao norte na fronteira, para poder sobreviver nas famosas maquiladoras. O livre câmbio eliminou os pequenos agricultores por contingentes cada vez maiores. A desregulamentação dos mercados, imposta pelos Estados centrais ao serviço das empresas transnacionais, relewa do *laissez-faire*, não somente como método permitindo realizar alguma coisa, mas, sobretudo, como sendo a coisa a realizar.

A ALCA consiste em extrapolar para o conjunto da América Latina o tratado de livre comércio assinado aos poucos pelos países da América Central e do Sul. Estes tipos de acordos econômicos repercutem-se sobre as populações em termos de pressões migratórias. O livre câmbio elimina os pequenos produtores em quantidades cada vez maiores. A pregação de maior flexibilidade do trabalho aprofunda o fosso entre salários dos setores formal e informal. Uma abertura sem controle dos mercados favorece a expansão e hegemonia dos mercados financeiros pouco propícios ao mercado do trabalho. Instaura-se uma relação perversa. Qualquer baixa do nível do emprego é bem aceita pela Bolsa de Valores, entretanto, um aumento do nível do emprego pode provocar reação negativa do mercado financeiro. Apesar da ALCA não ser formalmente assinada, suas pretensões receberam aplicações nos outros países de América Latina desenrolando-se na crise financeira e econômica.

Na verdade, a via do livre câmbio foi aberta e mantida por um aumento significativo de intervencionismo contínuo, organizado pelo comando e ação deliberada do Estado que planificou o *laissez-faire*. A ausência ou abandono de políticas migratórias insere-se neste *laissez-faire* que se traduziu e se traduz em políticas repressivas. O uso da legislação parlamentar e de medidas administrativas permitiu implementar a repressão política, colocando no mesmo pé as migrações e os terrorismos.

### **Migração: fator de desenvolvimento?**

Quando se coloca a questão de saber em que medida a migração internacional está contribuindo ao desenvolvimento do país de origem, vem de imediato à mente o aporte em divisas que recebem esses mesmos países. Até alguns estudiosos consideram a migração ou mobilidade internacional como a dimensão humana da globalização. Indo mais longe, censuram os espíritos críticos que acusam o processo de globalização de acentuar a pobreza e as desigualdades nos países em desenvolvimento, obliterando o fenômeno migratório como elemento positivo. A migração contribuiria, em nível local, para a redução da pobreza.

Outros assinalam os efeitos perversos das migrações do terceiro mundo sobre o processo de desenvolvimento, não somente por causa do *brain drain* e a fuga dos homens de negócios, mas também no que se trata de contingentes de pobres que asseguram a sobrevivência da família pela manutenção, e mesmo o reforço das solidariedades familiares tradicionais.<sup>23</sup> Estas emigrações contribuem na manutenção de estruturas de desigualdades de desenvolvimento, funcionam como válvula compensatória a essas desigualdades, acalmando o mal, mas sem curar o doente. O impacto da emigração de cérebros e de mão de obra qualificada é fortemente negativo para os países de América Central e do Caribe como também para os países menos desenvolvidos da África, no sul do Saara. A América Central e Caribe perdem 50% dos seus universitários formados. De Haiti e Jamaica, oito portadores de diplomas sobre dez vivem fora dos seus países. Na África, somente 4% da população ativa é portadora de diploma universitário. Desses, mais de 30% emigram. Os países em desenvolvimento não são capazes de fazer frente ao *déficit* criado pelas saídas atraídas por melhores remunerações e condições de vida. Esta hemorragia não só enfraquece os países em desenvolvimento, mas também torna mais complicado qualquer controle desses fluxos, pois há uma demanda de pessoal formado por parte dos países desenvolvidos. Notável é o caso das enfermeiras africanas que migraram para os serviços de saúde nos países desenvolvidos, criando um vazio no quadro no serviço público dos países de origem. Por exemplo, no sistema público de saúde do Malawi, dois terços dos postos são vacantes. A emigração contribui ao desenvolvimento dos países já desenvolvidos e não àqueles que precisam ser desenvolvidos. Mas como sempre, há alguns começos de exceções. Na Índia, por ser economia emergente, 40.000 indianos formados no setor de novas tecnologias voltaram a seu país nestes últimos cinco anos. Entre 2007 e 2008, o mercado terceirizado da informática cresceu 30%. A procura de uma melhor qualidade de vida não é mais uma razão para emigrar, pois os salários nos institutos indianos de tecnologia estão à altura dos salários americanos. Também na China a migração de retorno tomou força com o crescimento acelerado da economia.

Minorar a pobreza local não toca as estruturas de desenvolvimento. O uso das remessas pelo migrante nunca é colocado em termos de desenvolvimento, mas em termos de sobrevivência e melhorias do cotidiano, não tendo como objetivo a contribuição ao *superávit* da balança de pagamento.<sup>24</sup> Dependendo de remessas que vêm do exterior, como é o caso do Equador, não

<sup>23</sup> CORM, Georges. *Le nouveau désordre économique international*.

<sup>24</sup> GUILMOTO, Christophe; SANDRON, Frédéric, *op. cit.*

leva ao desenvolvimento. Mas há, como no caso do México, experiências positivas como o papel das associações de migrantes no desenvolvimento das regiões de origem. Com apoio do poder público, foram implementados projetos de tratamento das águas, estradas e centros de saúde no quadro do programa *três por uno*. Sem negar a relevância dessas realizações, valeria a pena contabilizar a soma dos patrimônios e atividades econômicas que foram desmontadas pela implantação da ALENA. Esse custo nunca aparece em lugar algum. Estima-se um fluxo de 10 milhões de migrantes do México para os Estados Unidos entre 1995 e 2005!

Se, no passado, as migrações exerceram papel positivo no desenvolvimento para as economias em via de industrialização e modernização, a migração atual parece relevar de outro registro. “No final do século XIX e no início do século XX, a relação entre migração e desenvolvimento é positiva para os dois lados: do ponto de vista malthusiano para os países de expulsão, do ponto de vista mercantilista para os países de acolhida”.<sup>25</sup> Trata-se de um mecanismo de equilíbrio. Outro enfoque seria não mais considerar as migrações como resultante do jogo de atração-expulsão entre países e/ou regiões, mas, numa visão mais sistêmica, evidenciar a dinâmica interna do sistema capitalista internacional. Isso exige uma nova ordem internacional na qual a função dos fluxos migratórios seja tomada de modo igual ao tratamento da circulação do capital, da tecnologia e dos serviços. Com a hegemonia neoliberal atual, essa nova ordem internacional configura um sonho irrealizável.

Se é inegável que as remessas melhoram, em um nível micro, a situação financeira e econômica das famílias, sua contribuição ao desenvolvimento econômico, em um macronível, fica duvidosa. Na verdade, depende da orientação econômica dos gastos familiares. Em muitos casos as remessas favorecem uma economia rentista que se oriente para o lado dos bens de consumo, com o risco de criar inflação em detrimento da poupança e de investimentos produtivos. Um novo tipo de dependência financeira pode alimentar situações de subdesenvolvimento, apesar da importância das redes migratórias. Sem dúvida, as remessas estão freando e diminuindo a pobreza, mas dentro de uma estrutura intrinsecamente frágil, ficando presa de uma estratégia de sobrevivência. A emigração não é motor de desenvolvimento, configurando fator exógeno, e por definição, insuficiente para criar condições de desenvolvimento. A emigração é somente um fator entre outros que tem que ser integrado ao processo de desenvolvimento, mas não como processo de desenvolvimento.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> MARMORÁ, Léo. *Les politiques de migrations internationales*.

<sup>26</sup> GUILMOTO, Christophe; SANDRON, Frédéric, *op. cit.*

## Qual desenvolvimento, qual população: mudança de paradigma

Preocupações humanitárias sobre o direito dos imigrantes nos países de destino são louváveis e merecem apoio da opinião pública. Indispensável é reconhecer e fazer entender as consequências migratórias das estratégias, políticas e projetos de desenvolvimento, investimento e comércio. Mas, além do reconhecimento da migração, de um direito de imigrar e emigrar nas melhores condições possíveis, há que afirmar o direito humano à imobilidade. Esta perspectiva implica numa mudança fundamental, a elaboração de políticas que faltam, políticas que articulam e subordinam a economia à política. Trata-se de reconsiderar, de outro modo, o papel da economia política nas nossas sociedades. É reatar a política a uma ética que coloque em primeiro lugar os seres humanos e seu *habitat*. Exige repor no seu lugar de meio de pagamento o dinheiro que, erigido hoje como mercado financeiro, pretende ser norma e motor da economia. “A única e verdadeira questão consiste em saber se saberemos assumir na paz, o desenvolvimento econômico e social, o respeito dos ecossistemas, os trans-tornos geopolíticos aos quais, inevitavelmente, nos leva a diversidade das situações demográficas atuais”.<sup>27</sup>

Também, as reflexões de Amartya Sen merecem destaque para ser meditadas pelos científicos que acreditam em seu saber para resolver os problemas da humanidade em mutação ou que se demitem frente à arrogância do dinheiro, deixando-se subjugar pelo seu poder de sedução. Não há outra alternativa para um desenvolvimento respeitoso das pessoas e das sociedades senão uma inversão radical de nossa maneira de pensar e agir politicamente. A questão do desenvolvimento tem que ser inserida numa questão mais fundamental, aquela da crise da civilização, dos paradigmas de nossas sociedades. O desajuste das populações em busca de um bem estar é sintoma de uma crise difusa, porém real do mundo. É bom lembrar e fixar na memória que as civilizações morrem, mas que as populações permanecem.

## Bibliografia

CARVALHO, José Alberto Magno de. “O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimacão”, in PATARRA, Neide Lopes. *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP, 1996.

<sup>27</sup> VALLIN, Jacques. “Réflexions sur l’avenir de la population mondiale”.

- CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- CHESNAIS, Jean-claude. *La transition démographique*. Paris: INED-Cahier n. 13, Presses Universitaires de France, 1986.
- CORM, Georges. *Le nouveau désordre économique international*. Paris: La découverte, 1993.
- DIXON, Keith. *Les évangélistes du marché*. Paris: Raisons d’agir, 1998.
- FUREDÍ, Franck. *Population & Development, a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e terra, 1992.
- GUILMOTO, Christophe; SANDRON, Frédéric. *Migration et développement*. Paris: Les Études de la Documentation française, 2003.
- KI-ZERBO, Joseph. “Population et Développement endogène”, in QUÉTELET, Chaire. *Intégrer Population et développement*. Louvain-la-Neuve: Academia et L’Harmattan, 1990.
- LASSONDE, Louise. *Les défis de la démographie, quelle qualité de vie pour le XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: La Découverte, 1996.
- LINARD de GUERTECHIN, Thierry. “Direito a migrar versus soberania dos Estados à luz da ética econômica e social”, in REMHU, a. XVI, n. 31, 2008, p. 386-393.
- MARMORA, Lélío. *Les politiques de migrations internationales*. Paris: L’Harmattan, 2002.
- MEILLASSOUX, Claude. “La configuration économique des populations”, in LASSONDE, *op. cit.*
- MICHALET, Charles-Albert. *Qu’est-ce que la mondialisation?* Paris: La Découverte, 2002.
- REBOUD, Louis. *Essai sur la notion de chômage structurel dans les pays de capitalisme évolué*. Paris: Presses Universitaires de France et Librairie Dalloz, 1964.
- SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento, o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- SEN, Amartya. *Un nouveau modèle économique – développement, justice et liberté*. Paris: Éditions Odile Jacobs, 2003.
- SOARES, Weber. “Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional”, in *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 1, 2004, p. 101-114.
- VALLIN, Jacques. “Réflexions sur l’avenir de la population mondiale”. Les Dossier du CEPED, n. 26, 1994, *apud* LASSONDE, Louise, *op. cit.*

## **Abstract**

### ***International migrations and human development in the financial globalization***

*This article critically analyzes the report of the Secretary-General of the United Nations on international migrations and development: the international migrations represent an ideal way to promote the co-development; the funds help reducing poverty partially, the gravity of poverty does not enclose directly the increase of migrations; recover an idealistic image of the interactions "migration-development". On the other hand, the globalization of the real economy disregards migrations on the development process. Which population and which development are questions regarding a civilization crisis in terms of a paradigm crisis of our societies.*

**Keywords:** *Development; Job; Commerce; Migration; Population; Poverty*

*Received for publication in July 8<sup>th</sup>, 2009.  
Accepted for publication in October 13<sup>th</sup>, 2009.*

*Recebido para publicação em 08/07/2009.  
Aceito para publicação em 13/10/09.*